

009

ESFERAS PÚBLICAS NÃO GOVERNAMENTAIS

SESSÕES TEMÁTICAS



O PROCESSO DE “FAZER JUNTO”: PROGRAMA JOVEM MONITOR CULTURAL¹

Alexandre Piero (UFABC)

A partir da noção da gestão social como “fazer junto” apresentada por Santos e Boullosa (2017), o artigo traz a análise da arquitetura do Programa Jovem Monitor Cultural da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo. O arranjo tripartite é composto pelo poder público, organizações do terceiro setor conveniadas e jovens moradores dos entornos dos equipamentos públicos selecionados por edital para realização de um programa de formação teórico e prático que operacionaliza uma “formação na ação” aos moldes freireanos sobre assuntos de interesse público. A partir de uma pesquisa com jovens e gestores que passaram pelo programa, destaca-se a dinâmica da política pública que abre espaço de porosidade e participação e incentiva o protagonismo da sociedade civil na execução do serviço público. O objetivo é discutir, à luz desta experiência, os impactos na formação de valores, os suportes institucionais da ação pública e a materialização de projetos em arenas híbridas entre Estado e Sociedade.

BALANÇO TEÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO

Estudos de fronteira entre campos de debates são desafio para pesquisadores. A tentativa de entrar numa intersecção teórica e analítica requer compreender conceitos das áreas colocadas em diálogo para produzir outras possíveis sínteses. O campo das políticas públicas, ou o campo de públicas, é um exemplo desse desafio por ser um campo multidisciplinar. Por óbvio, são diversos os debates e lentes analíticas que poderíamos organizar aqui. A opção foi contribuir para lançar o olhar a partir de um grande tema: as (re)configurações da interação socioestatal para a produção de políticas públicas, em um programa que a participação do jovem da sociedade civil transcende as fronteiras de ser beneficiário passivo para um sujeito ativo na configuração do serviço público prestado pelo Estado à população.

Santos e Boullosa (2017) definem que “A gestão social seria o meio para se concretizar os chamados processos de ‘fazer junto’ de atores que estariam envolvidos em processos de políticas públicas fortemente estruturados pela ação de governos”. A política que propomos como foco foi estruturada pelo governo municipal em São Paulo, em um contexto de redefinição de interações socioestatais colocado pelas manifestações de junho de 2013: o Programa Jovem Monitor Cultural (PJMC). É neste caráter híbrido entre figuras jovens da sociedade civil que são beneficiárias de um programa que as tornam sujeitos de ações públicas nos equipamentos e programas, de maneira muito similar à burocracia estatal de nível de rua, que propomos as notas para debate deste texto.

Portanto, partiremos desta primeira síntese: socio + estatal. O que é sociedade? O que é Estado? Como se dá essa interface? Muito já se produziu sobre teorias e conceitos de ambos. Aqui cabe ressaltar sociedade civil e Estado não como campos opostos, mas como esferas analíticas distintas, que seguem lógicas e repertórios próprios.

¹ As reflexões apresentadas neste trabalho, no momento da submissão, fazem parte de uma pesquisa em fase de conclusão no âmbito do Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas da UFABC: ainda serão complementadas e corrigidas até a defesa final. Parte das reflexões deste texto também foram apresentadas em publicação impressa da Rede Brasileira de Centros e Institutos de Juventude e em julho de 2019 no 19º Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), na UFSC, no Grupo de Trabalho sobre Políticas Públicas.

Sociedade Civil nasce conceitualmente como conjunto de pessoas organizadas que vivem e compartilham a definição sobre o bem comum de um lugar². Nesse sentido, o conceito mais clássico referenciado é o que tem origem nos estudos sobre a experiência de democracia da polis (cidade-Estado) grega. Note-se que Sociedade Civil, portanto, aparece indissociada da noção de poder público, pois este é exercido pelo conjunto dos cidadãos, no debate público, na ágora, sobre os rumos do lugar em que se vive. O poder público eclode do debate público, que pressupõe horizontalidade de opiniões na esfera pública. Com o passar do tempo, a designação de pessoas específicas para tratarem das “questões do bem comum” cria uma separação mais permanente entre as duas esferas. Alves (2004) destaca que:

A sociedade civil grega, ou a pólis, não distinguia o regente dos regidos. Não existia a noção de “sociedade” como se tornou conhecida na modernidade (COHEN e ARATO, 1992; ARENDT, 1958). (...) Existe um consenso entre os estudiosos da sociedade civil de que a modernidade representou o desenvolvimento de um “novo” relacionamento entre a sociedade civil e a autoridade ou o Estado moderno. (ALVES, 2004)

Para os fins propostos nesta reflexão, parte-se do conceito de Sociedade Civil como espaço não- estatal (vide Tocqueville 1961, apud Aquino 2004), como diferenciação institucional: não como oposição entre Estado e Sociedade Civil, mas como distinção de dois grupos que, a partir de lógicas, dinâmicas, repertórios de ação e linguagens próprios de suas esferas, atuam ora em sinergia, ora em dependência, ora em relação hierárquica e numa tensão permanente de reconfiguração dos elos possíveis, conforme Alves (2004):

A sociedade civil e o Estado fazem um continuum, separados, mas interdependentes: as instituições do Estado reforçam a sociedade civil e vice-versa. Portanto, a democracia também precisa de um tipo de Estado com instituições abertas e preparadas para a diversidade de opiniões da sociedade. (ALVES, 2004)

De forma clássica, Bobbio (2009) define a relação entre sociedade e Estado:

a sociedade civil ocupa o espaço reservado à formação das demandas (input) que se dirigem ao sistema político e às quais o sistema político tem o dever de responder (output): **o contraste entre sociedade civil e Estado põe-se então como contraste entre quantidade e qualidade das demandas e capacidade das instituições de dar respostas adequadas e tempestivas.** (...) uma sociedade torna-se tanto mais ingovernável quanto mais aumentam as demandas da sociedade civil e não aumenta correspondentemente a capacidade das instituições de a elas responder, ou melhor, com a capacidade de resposta do Estado alcançando limites talvez não mais superáveis (...). (BOBBIO, 2009, p. 36, grifo nosso).

As transformações das sociedades e de suas demandas, colocam, portanto, desafios às instituições (todas elas - e aqui em destaque a instituição Estado). Bobbio continua apontando os riscos da falta de capacidade do Estado em dar respostas à sociedade, apontando que

Estritamente ligado ao tema da ingovernabilidade está o da legitimação: a ingovernabilidade gera crise de legitimidade. (...) as instituições representam poder legítimo no sentido weberiano da palavra, isto é, o poder cujas decisões são aceitas e cumpridas na medida em que consideradas como emanadas de uma autoridade à qual se reconhece o direito de tomar decisões válidas para toda a coletividade; a sociedade civil representa o lugar onde se formam, especialmente nos períodos de crise institucional, os poderes de fato que tendem a obter uma legitimação própria inclusive em detrimento dos poderes legítimos - o lugar onde, em outras palavras, desenvolvem-se os processos de deslegitimação e relegitimação. Daí a frequente afirmação de que a solução de uma grave crise que ameaça a sobrevivência de um sistema político deve ser procurada, antes de tudo, na sociedade civil, na qual podem ser encontradas novas fontes de legitimação e portanto novas áreas de consenso. (BOBBIO, 2009, p.36-37)

Ao lado das transformações sociais, tem ganhado destaque nas análises os contornos próprios das crises recentes de confiança nas instituições. Castells (2018), ao analisar as diversas crises contemporâneas³, afirma que

² Ver balanço dos clássicos sobre o tema em Alves (2004).

³ Castells já havia abordado elementos destas rupturas em visita ao Rio de Janeiro, em 06/dezembro/2017. Parte do evento está disponível em vídeo em <https://youtu.be/arYJx2-Xu84> (colóquio com professores e pesquisadores, em especial a partir do ponto 1h39min); e no evento aberto ao público em https://youtu.be/XDqdlYrZ_hY. Acessos em 29/jan/2019. Uma nova palestra do autor aconteceu na FGV do RJ aconteceu em 16/julho/2019 e a íntegra da gravação está disponível em <http://dapp.fgv.br/fgv-dapp-recebe-castells-para-seminario-comunicacao-politica-e-democracia/> (acesso em 17/jul/2019, em especial a partir do ponto 1h15min).

Existe, porém, uma crise ainda mais profunda, que tem consequências devastadoras sobre a (in)capacidade de lidar com as múltiplas crises que envenenam nossas vidas: a ruptura da relação entre governantes e governados. A desconfiança nas instituições, em quase todo o mundo, deslegitima a representação política e, portanto, nos deixa órfãos de um abrigo que nos proteja em nome do interesse comum. Não é uma questão de opções políticas, de direita ou esquerda. A ruptura é mais profunda, tanto em nível emocional quanto cognitivo. Trata-se do colapso gradual de um modelo político de representação e governança: a democracia liberal que se havia consolidado nos dois últimos séculos, à custa de lágrimas, suor e sangue, contra os Estados autoritários e o arbítrio institucional. Já faz algum tempo, seja na Espanha, nos Estados Unidos, na Europa, no Brasil, na Coreia do Sul e em múltiplos países, assistimos a amplas mobilizações populares contra o atual sistema de partidos políticos e democracia parlamentar sob o lema “Não nos representam!”. Não é uma rejeição à democracia, mas à democracia liberal tal como existe em cada país, em nome da “democracia real” (...). Um termo evocador que convida a sonhar, deliberar e agir, mas que ultrapassa os limites institucionais estabelecidos. (CASTELLS, 2018, pp.7-8)

De forma mais específica sobre o Brasil, o mesmo autor escreve no ano anterior ao da obra supracitada um posfácio em um dos seus livros (Castells, 2017) destacando as manifestações de junho de 2013 no país com um potencial democratizante:

Aconteceu também no Brasil. Sem que ninguém esperasse. Sem líderes. Sem partidos nem sindicatos em sua organização. Sem apoio da mídia. Espontaneamente. Um grito de indignação contra o aumento do preço dos transportes que se difundiu pelas redes sociais e foi se transformando no projeto de esperança de uma vida melhor, por meio da ocupação das ruas em manifestações que reuniram multidões em mais de 350 cidades. (...)

De forma confusa, raivosa e otimista, foi surgindo por sua vez essa consciência de milhares de pessoas que eram ao mesmo tempo indivíduos e um coletivo, pois estavam

- e estão - sempre conectadas, conectadas em rede e enredadas na rua, mão na mão, tuítes a tuítes, post a post, imagem a imagem. Um mundo novo de virtualidade real e realidade multimodal, um mundo novo que já não é novo, mas que as gerações mais jovens veem como seu. (CASTELLS, 2017, pp. 245 - 247)

Um mundo novo apropriado pelas gerações mais jovens no que diz respeito às ferramentas de interação que potencializam conexões de todos os tipos - inclusive com potencial de se transformarem em mobilizações presenciais, como foi no caso brasileiro em 2013; mas que provoca ruptura e desconfiança com as instituições, com os espaços de participação formais e com as formas tradicionais de se construir autoridade e legitimidade. Outras noções de tempos e espaços que reconfiguram instituições e políticas públicas e as possibilidades de síntese da interface socioestatal.

Em linhas gerais, o espírito que permeia a abordagem aqui proposta é o sintetizado nas palavras de Kuhn (1962), de que um paradigma surge toda vez que é difícil envolver novos dados em velhas teorias (KUHN, 1962 apud Gohn 2011, p. 13). Na mesma direção do argumento de Gohn (2014), que aponta uma “renovação nas lutas sociais” similar ao que os movimentos sociais operaram a partir dos anos de 1960, independente de estruturas partidárias, a nova etapa das lutas sociais se faz aliando inovações tecnológicas e retorno às teorias do século XIX, totalmente revisadas:

(...) o Estado, objeto central de investigação de grande parcela de cientistas sociais, passou, no plano da realidade concreta, a ser deslegitimado, criticado, e com a globalização perdeu sua importância como regulador de fronteiras nacionais, controles sociais etc. Ocorreu um deslocamento de interesse para a sociedade civil, e nesta os movimentos sociais foram as ações sociais por excelência. (GOHN, 2011, p.11)

Destaca-se para a presente reflexão a importância de sistematizar os ciclos da interação entre movimentos sociais e Estado. Esses ciclos basicamente se definem a partir da mudança dos repertórios de interação da sociedade civil e movimentos sociais com o Estado. O conceito de repertórios de interação Estado-Sociedade Civil e de ação coletiva vem sendo trabalhados na literatura, como resumem ABERS, SERAFIM, TATAGIBA (2014),

Charles Tilly (1992:7 apud Tarrow, 2009:51) define repertório como “um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e executadas através de um processo relativamente deliberado de escolha”. A ação coletiva, segundo Tilly, é influenciada não apenas pela natureza de problemas, conflitos ou demandas existentes, ou pelos recursos disponíveis para um grupo de atores, mas também pelo *know-how* organizacional que atores aprendem tanto de suas lutas anteriores quanto de suas culturas. Essa experiência prática e o aprendizado cultural influenciam a forma que a ação coletiva assumirá. Como mostra Tilly, repertórios são criações culturais que nascem de lutas contínuas e das respostas dadas pelos atores poderosos a essas lutas (1995:26). (...)

Se um aspecto central de um repertório é que o mesmo é aprendido do passado, por outro lado, Tilly e Tarrow enfatizam que atores sociais constantemente criam e transformam os repertórios que os guiam.

(...) Em uma de suas últimas publicações, Tilly (2008) enfatizou a ideia de que movimentos realizam performances: ao mesmo tempo que reproduzem velhos repertórios, eles também improvisam e os reinterpretam. (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014)

A partir da obra de Gohn (2011), destaca-se em linhas gerais algumas características do padrão de interação Estado e Sociedade Civil para as três “gerações” de movimentos sociais, conforme disposto a seguir.

Para os movimentos clássicos, como sindicatos e partidos, ações diretas como greves e manifestações organizadas e rodadas de negociações que reúnem em mesas as lideranças das partes envolvidas, ao estilo sindicatos e empregadores, governantes e movimentos sociais, chegavam, processualmente, em acordos possíveis sobre o rumo das pautas colocadas, usando-se as mobilizações de rua como capital simbólico para empoderar a voz dos interlocutores que representavam a vontade do movimento organizado nas reuniões.

Gohn (2011) sintetiza as abordagens clássicas, que vão até a década de 60 do século XX em cinco grandes grupos: Escola de Chicago e interacionistas simbólicos (que tem como principal expoente Blumer, 1949); Teorias sobre a Sociedade de Massas (que tem como autores referenciais Fromm, 1941; Hoffer, 1951; Kornhauser, 1959); Classes e relações sociais de produção (Lipset, 1950; Herbele, 1951); Psicossocial (Goffman, 1959; Turner e Killian, 1957; Smelser, 1962; Aberle, 1966); Organizacional- institucional (Gusfield, 1955; Selznick, 1952). Após os anos 60, novas abordagens se desdobram também em dois campos principais: o pós-moderno (desconstrucionistas) e as novas correntes de teorias críticas (nova esquerda).

Para os “novos” movimentos a partir de 1970⁴ e no Brasil pós-redemocratização e ampliados significativamente pós-anos 2000, conselhos, conferências, bandeiras e outras simbologias de afirmação de identidades diversas dos indivíduos que se conectam⁵, evidenciam a tentativa de lutar e organizar demandas para grupos de pautas específicas de forma simultânea nas ruas, nos grupos de base identitária e no ativismo por dentro das instituições públicas, configurando um formato de interação mais híbrido, sem abandonar completamente o caráter mais processual e orgânico dos movimentos clássicos. Agora não mais as mesmas lideranças “clássicas” de sempre tem o monopólio da fala representando instituições tradicionais e consolidadas como sindicatos e igrejas, mas abre-se o leque para processos de eleições de propostas e de delegados que tem um fluxo organizado e sistemático em cada canal institucional de participação, como conselhos e conferências enfatizados ao longo dos anos 2000 no Brasil.

Os “novíssimos” movimentos ou coletivos são observados no Brasil com mais força a partir das manifestações de 2013, em que há, por parte dos sujeitos que os compõem, aparentes incômodos com descompassos de tempo e qualidade entre demanda colocada e atendida, entre representante e representado, entre hierarquia e construção coletiva, entre o tempo das redes sociais e dos flash mobs e o tempo da burocracia do poder público. As conquistas mais de longo prazo e estruturantes aparentemente são colocadas em segundo plano para priorizar conquistas imediatas, que simbolizam que “é possível transformar a partir do engajamento” e de alcance local.

Este fenômeno de crítica à lentidão e eficiência das formas e espaços tidos como tradicionais não é presente só entre jovens: dados da pesquisa da Rede Nossa São Paulo e Ibope Inteligência “Viver em São Paulo - Edição 2018” sobre o município revelam a mesma crise de desconfiança nas instituições, especialmente nas públicas. Instituições registram o menor patamar de confiança da série destas pesquisas⁶.

Nesse sentido, não há de se tratar o fenômeno como despolitização, mas, assim como na transição anterior, evidencia-se um descrédito por instituições políticas e uma aparente preocupação com uma nova compreensão do que é política, bem comum e repertórios de interação para alcançá-lo, com críticas às distorções ocasionadas por uma política “vertical” definida de forma distanciada da população.

É possível reinventar e ressignificar o Estado a partir das novas dinâmicas e demandas sociais? Como ser permeável de modo a refletir em si estas novas sínteses entre passado e presente, a partir de mudanças dos repertórios de ação coletiva, que ressignificam fronteiras e interfaces entre poder público e poder que vem do público?

⁴ A expressão para designar a produção de “novos” sujeitos coletivos que entram em cena nesse período pós-1970 no Brasil também é bastante referenciada na obra SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4ª edição 2001.

⁵ Castells explica sobre o conceito de indivíduos conectados em redes de identidades no vídeo <https://youtu.be/rgmCjuNVLSg> (acesso em 29/jan/19). Em sua explicação, destaca que a base não é mais o agrupamento clássico como “trabalhadores”, mas indivíduos que se conectam de maneira seletiva, formando redes solidárias por identidade (portanto, não individualistas).

⁶ Ver materiais disponíveis, dados e repercussões em www.nossasaopaulo.org.br/noticias/pesquisa-viver-em-sao-paulo-revela-baixa-confianca-nas-instituicoes-publicas (Acesso em 24/jan/19). Entre as 13 instituições e empresas públicas incluídas no levantamento, somente o Metrô apresenta índice de confiança acima de 50%.

Para dar andamento à organização deste texto no intuito de contribuir com o repensar das fronteiras entre Estado e Sociedade no contexto contemporâneo para propostas de políticas em que a gestão social e o “fazer junto” são presentes, estão propostas reflexões iniciais e etapas de pesquisa que estão aqui apresentadas em seções, além desta breve introdução. A primeira traz um breve balanço sobre políticas de juventude no Brasil, suas principais características e dilemas em debate com o contexto de novos repertórios da sociedade civil a partir das manifestações de junho de 2013 no Brasil. A segunda parte descreve o Programa Jovem Monitor Cultural e seus pontos de destaque que dialogam com as políticas de juventude e com o novo contexto de interação socioestatal no contexto municipal. A terceira conclui com notas para o debate sobre arranjos de políticas que proporcionam coimplementação e o “fazer junto” a partir de traços do ativismo institucional e que resultados isso tende a produzir em diálogo com a literatura de movimentos sociais.

JUVENTUDE EM MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: OS PARADOXOS DE INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO E DE PARTICIPAÇÃO.

Dentre as definições de juventude, o Projeto Juventude (Instituto Cidadania, 2004) apresenta o conceito sobre esta categoria social como “uma fase marcada centralmente por processos de desenvolvimento, inserção social e definição de identidades, o que exige experimentação intensa em diversas esferas da vida.” Tommasi (2017) também utiliza a definição do Projeto Juventude ao se perguntar o que caracteriza esse período:

A condição juvenil é dada pelo fato de os indivíduos estarem vivendo um período específico do ciclo de vida, num determinado momento histórico e cenário cultural. No contexto atual, juventude é, idealmente, o tempo em que se completa a formação física, intelectual, psíquica, social e cultural, processando-se a passagem da condição de dependência para a de autonomia em relação à família de origem. (...) Portanto, trata-se de uma fase marcada centralmente por processos de definição e de inserção social. (Instituto Cidadania, 2005, p. 10 apud Tommasi 2017)

As definições de identidades pessoais e coletivas se manifestam nas estratégias de se inserir e se apresentar ao mundo. Como se quer ser reconhecido, com quem se identifica e cria redes, a qual grupo(s) quer atrelar sua imagem, onde se pode contribuir e colaborar efetivamente, fazendo a diferença, como sujeito ativo, protagonista, são alguns dos aspectos que parecem ser estruturadores de dois eixos importantes para ações com jovens: a noção de empoderamento e a noção de visibilidade. Ser visto positivamente e ter espaço para exercer poder de decisão (pessoal e coletiva; sobre si e sobre o que está ao redor), costumam ser elementos que parecem atrair a participação juvenil. Note-se que políticas culturais, que combinam essas duas dimensões (oportunidade de decidir sobre a criação artística, agrupamento e oportunidade de “ser visto”), são campos propícios para a combinação desta experiência de formação da identidade e do apresentar-se ao mundo.

Um paradoxo das leituras da sociedade sobre “ser jovem” também está centrado nestas duas dimensões. Ao mesmo tempo em que jovens são vistos como irresponsáveis, imaturos, transgressores, causadores de violências também são vistos como ícones de vitalidade que toda a sociedade almeja ser. “Como você está jovem” é uma afirmação considerada elogio, enquanto “você é muito jovem ainda para isso” é um limitador. A chave para esta leitura está no desequilíbrio do exercício do poder: enquanto ser jovem é algo da imagem (muito utilizada para estratégias de consumo), ser jovem é algo positivo; no entanto, toda vez em que há aspectos relativos ao exercício do poder, “ser jovem” passa a ser uma forma de classificar alguém que deve se submeter à dominação de quem é mais experiente. Também é proposital uma visão estigmatizada de jovens causadores do caos social quando o objetivo é manter a dominação geracional nas relações sociais de poder.

Este histórico de visões contraditórias esteve no início das preocupações e visões sobre juventude que se construíram ao longo das décadas no Brasil. Dependendo da concepção, as ações de organizações ou as políticas públicas ganham determinado contorno. Mesmo a alocação institucional da política de juventude acaba tendo impactos da visão predominante. Por exemplo, espaços institucionais no poder público criados junto a secretarias de “Esporte e Lazer” tem determinadas ênfases de ações e políticas públicas com jovens; por outro lado, alocar a política pública em secretarias de Trabalho e Empreendedorismo; ou ainda, de Educação, vão ganhar a cara da pasta. Num primeiro momento, pela presença muito forte da questão da transversalidade de políticas de juventude, a construção institucional no Governo Federal e que repercutiu nas outras esferas foi em órgãos centrais de governo, como secretarias gerais; passando, num segundo momento, para secretarias de Direitos Humanos e órgãos correlatos, junto a espaços de políticas públicas de mulheres, igualdade racial, idosos, etc. Em síntese, políticas de “redes de identidades” como apresentamos no presente trabalho a partir de Castells.

Além das ênfases do “tipo” de ação e política pública que é desenvolvido a partir da alocação institucional, outra marca decorrente do debate de empoderamento foram os já citados “espaços de participação institucional”, como conselhos, conferências e fóruns, que cresceram com muita força ao longo dos anos 2000, dialogando com os “novos” movimentos sociais sistematizados por Gohn.

Almeida (2011), ao fazer um balanço sobre diversas instâncias de participação de jovens e interlocução com o poder público, já destaca o propósito a que esta pesquisa se predispõe, de resgatar experiência de quem participou desta nova “fase” de relação com a institucionalidade do poder público mais porosa à participação:

Esse processo tem possibilitado novas relações entre o Estado e diversos grupos e movimentos juvenis. Obviamente estamos nos referindo a um processo recente e que tem relação com uma pequena parte do grande Leviatã. Mas, muito mais do que se questionar sobre o que isso representa para o Estado, talvez seja interessante interrogar o que isso representa para os diversos grupos, organizações e movimentos que experimentaram essa relação. (ALMEIDA, 2011)

E, na sequência, problematiza sobre “novas institucionalidades” e a centralidade do Estado:

Nesse sentido, não é possível afirmar que há uma negação total da institucionalidade por parte dos diversos grupos juvenis desta geração. O que verificamos é a emergência de “novas institucionalidades” sendo ensaiadas por diferentes atores que atuam com as demandas da juventude, sejam jovens, poder público, pesquisadores etc. Essa nova institucionalidade se constitui como uma rede de relações das quais o Estado não ocupa papel central, mas tem bastante relevância. (...) É importante ressaltar que isso é uma marca deste tempo histórico: as instituições “encontraram” os jovens (ou seria o contrário?! (ALMEIDA, 2011)

No debate sobre estes “novos” movimentos, uma série de iniciativas de relação entre Estado e sociedade civil diferentes das clássicas foram colocadas em reflexão, como uma maneira de reinvenção da relação das juventudes com o poder público, muitas vezes já apontam um início de transição para os “novíssimos” movimentos. Dois anos depois, Almeida (2013) ressalta que

Os jovens que estão “conspirando” intervenções culturais de forma espontânea, pautadas no lazer e a partir de um sentimento de solidariedade comunitária, vêm estabelecendo uma outra forma de se relacionar com o poder público por meio do programa VAI – uma política pública de fomento à cultura produzida sobretudo por jovens. Uma forma bastante diferente, por exemplo, daquela na qual os “novos personagens” de Sader viveram a sua juventude. O VAI é fruto de um processo ainda incipiente no Brasil de construção de políticas públicas para a juventude, mas desenvolveu nestes dez anos de existência um papel fundamental para despertar nos coletivos culturais da periferia da cidade a ideia de direito à cultura. A prática cultural, as atividades de lazer, a solidariedade e espontaneidade deixaram de ser consideradas algo de menor importância, irrelevante, para ocupar posição de destaque dentre as demandas das novas gerações e a luta por sua garantia se tornou ação política na cidade. (ALMEIDA, 2013)

Também neste ano de 2013, fruto de construção do movimento de juventude organizado em espaços tradicionais como conselhos e conferências durante quase 10 anos, o Governo Federal sancionou no início de agosto o Estatuto da Juventude⁷ como mais uma das investidas para apresentar resposta “institucional” aos desafios então colocados nas ruas, interpretados como uma nova demanda por relação sociedade-estado e protagonizadas, a princípio, majoritariamente por jovens. A aprovação de um marco legal de políticas de juventude como tentativa, aparentemente tão fria e tão pouco conhecida para os novíssimos atores protagonistas e para o conjunto da população, num primeiro olhar parecem anacrônicas em relação a efervescência das manifestações de 2013. Talvez uma evidência de que o cenário e a alteração de repertórios dos novos atores exige algo a mais do que velhas respostas institucionais que separam Estado e sociedade em campos opostos.

Castells, no prefácio do livro *Gangues, galeras, chegados e rappers - juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília* (ABRAMOVAY, 1999), identifica já na virada do milênio esta dissincronia em vários países:

Enquanto organizamos, por cima, a nova ordem econômica e tecnológica, um amplo setor de jovens está construindo, por baixo, uma desordem alternativa feita de sua negação a um sistema que os nega. (...) E somente se soubermos como os jovens pensam e vivem, e porque pensam assim, poderemos encontrar uma nova linguagem, fundamento de uma nova política.

De 2013 em diante, após a aprovação do Estatuto, algumas políticas públicas e ações de organizações enfatizaram a noção do protagonismo e dos espaços de participação política se reconfigurando, com novas expressões e linguagens, principalmente por meio das manifestações culturais. A própria cartilha do Programa Estação Juventude⁸ do Governo Federal reconhece, um ano após as manifestações de 2013, que

⁷ Lei Federal 12.852 de 05 de agosto de 2013. Disponível em: www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/ Ato2011- 2014/2013/Lei/L12852.htm. A partir do Estatuto da Juventude, a idade oficial de jovens no Brasil ficou legalmente delimitada entre 15 e 29 anos.

⁸ Mais informações sobre as características do Programa em <http://juventude.gov.br/estacaojuventude/programa/o-programa> (Acesso em 29/jan/19)

No entanto, a despeito dos ganhos acumulados, a principal demanda da juventude continua sendo a ampliação dos espaços e mecanismos de participação nos processos de formulação, implementação, monitoramento e avaliação dessas políticas [de juventude], pois persistem entraves institucionais, materiais e simbólicos que limitam o exercício mais pleno desse papel pela juventude. Em outras palavras, permanece um hiato entre o discurso participativo, que sempre afirma o protagonismo da juventude, e a incorporação de novos modelos de política participativa, distanciando a juventude de instituições que parecem funcionar com lógicas distintas no que tange ao reconhecimento dos jovens como sujeitos. (BRASIL, SNJ, 2014)

Partimos da premissa de que essa mudança de repertórios por parte da sociedade civil cria uma agenda teórica e prática para o estudo e prática de políticas públicas: quais são as mudanças de repertórios necessários também, diante deste cenário, ao Estado? É possível a criação de novas linguagens de interação e configuração de políticas públicas que criem sinergia de ações públicas entre sociedade civil e Estado?

Quais seriam repertórios e linguagens necessários ao Estado que poderiam configurar políticas públicas para este novo cenário de linguagens e interação de/para/com a sociedade civil, em que a demanda é por maior horizontalidade e sinergia nesta relação, “fazer junto”, é o ponto de partida para a presente problematização.

Outro paradoxo relevante para retomarmos aqui diz respeito às políticas para inserção de jovens no mercado de trabalho. O dilema colocado ao longo dos primeiros anos de política nacional de juventude no Brasil, apontado nas pesquisas do Instituto Cidadania e publicações decorrentes era o de inserir rapidamente o jovem para que ganhasse experiência desde cedo ou o de retardar esta entrada. Experiências como a de São Paulo, no Programa Jovem Cidadão: Meu Primeiro Trabalho, analisadas por Madeira (2004) já demonstram uma série de equívocos de concepções sobre juventude que citamos acima.

Por um lado, há defensores da problematização sobre quais grupos teriam condições objetivas de viver o período da juventude como uma espécie de “moratória social”, exclusivamente preparando-se e qualificando-se sem receber bolsas ou salários e, portanto, postergando sua entrada no mercado de trabalho. Do outro ponto de vista, POCHMANN (2004), defende a

implementação de intenso processo de garantia de renda aos jovens de baixa renda, capaz de postergar o ingresso precoce no mercado de trabalho. Essa etapa de ampliação da inatividade vinculada à educação também exige que os jovens beneficiados tenham aprendizagem teórica e prática capaz de mobilizar os valores de pertencimento e protagonismo, justamente nas atividades comunitárias e solidárias. (POCHMANN, 2004)

Como síntese do debate, apontava-se para uma configuração de política pública que possibilitasse, simultaneamente, reunir currículo e aprendizagem prática com aprendizagem reflexiva, em uma dinâmica que transcende a noção de simples treinamento. Conforme sintetizado por ABRAMO (2005a),

A questão que se coloca é se essas mudanças significam centralmente um retardamento da entrada na vida adulta (do término da formação escolar, da entrada no mercado de trabalho, da saída da casa dos pais, da independência financeira, da maternidade e paternidade) ou um tipo específico de vivência de esferas antes consideradas características dos adultos, numa chave singular, experimental, onde o prolongamento da etapa juvenil se dá menos pela postergação do que por inserções e desempenhos relativos e intermitentes nessas esferas. (ABRAMO, 2005a)

Paralelamente às experiências afetivas de “ficar” ou “namorar”, as inserções de experiências profissionais, a partir de programas como este, não precisariam ser para inserções definitivas ou duradouras de longo prazo, mas que possibilitem a combinação de experimento com reflexão e colaborasse na definição da identidade, gostos, e opções presentes e futuras.

Estes dois paradoxos: o da participação efetiva e o da inserção no mercado de trabalho, são o ponto de partida para compreender a política pública em questão da perspectiva da interação socioestatal e do “fazer junto”.

O PJMC: UMA OPORTUNIDADE DE RESPOSTA AO CONTEXTO?

Da importância deste aprofundamento sobre uma possível nova linguagem de interação entre poder público e sociedade civil propomos olhar para pistas reveladas pelo Programa Jovem Monitor/a Cultural (PJMC), da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo.

A despeito das diferentes visões sobre a apropriação mais progressista ou conservadora dos desdobramentos pós-junho de 2013 que ainda deixam vestígios no debate público sobre o Brasil de hoje, foi a partir deste período da gestão municipal em São Paulo que este programa, de interface entre “Juventude”, “Cultura” e “Trabalho”, foi expandido para quase todas os equipamentos da Secretaria Municipal de Cultura (SMC), sob o prisma de possibilitar a formação e a experimentação profissional articuladas no campo da gestão pública cultural. A experiência já existia desde o surgimento do Centro Cultural da Juventude “Ruth Cardoso” (CCJ), em 2006; tornou-se lei em 2009 inspirado na experiência piloto de lá e foi regulamentada no mesmo ano⁹.

O programa teve uma estrutura de oportunidade para se formalizar rapidamente pois a perspectiva dos legisladores e do poder público à época ele estava sendo criado

com vistas, inicialmente, a preparar a cidade para a recepção turística “jovem” nos equipamentos culturais por conta dos eventos da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Mas somente em 2013, após o ápice deste novo cenário de agravamento da ruptura entre Estado e Sociedade Civil descrito na seção anterior, que o programa foi implementado dentro dos moldes da legislação e regulamentação municipal e, em tese, com base no acúmulo da Política Nacional de Juventude consolidada no Estatuto da Juventude que entrara em vigor. (PIERO apud GOHN, 2019, p. 166)

Uma série de fatores possibilitaram a expansão do PJMC para o conjunto da secretaria. Este período também é simultâneo com a expansão de políticas culturais que se convencionou classificar pelos atores da sociedade e do governo como retomada de políticas de “cidadania cultural” (CHAUÍ, 2006).

Os pressupostos metodológicos desenvolvidos a partir dos itens da lei e decreto do PJMC e das contribuições da equipe do CCJ, que coordenou a expansão do programa, foram promover uma formação na ação que combinasse experimentação e possibilidade de trocas de experiências, e que impulsionasse a experiência formativa do jovem na perspectiva da experimentação, com a abertura para criação e expressão que as políticas culturais oferecem a partir de um equipamento de juventude.

De acordo com a Publicação do Instituto Polis (2017) sobre o Programa

Espera-se que, por meio da experimentação direta trazida pela inserção de jovens monitoras/es nos equipamentos e programas culturais, elas/es se apropriem das políticas públicas culturais da cidade, compreendam o funcionamento e a gestão dos próprios equipamentos e programas e construam possibilidades de diálogo, interlocução e intersecção entre a política pública e suas trajetórias pessoais e redes territoriais. (POLIS, 2017)

Os saberes e experiências prévias e em desenvolvimento dos sujeitos jovens parecem constituir um ponto de partida para o programa que, com a experimentação inserida nos equipamentos e programas da SMC, criariam um terreno profícuo para a inovação no setor público, por um lado; e, em princípio, para a formação numa dinâmica mais horizontal e com mais abertura para a co-produção cultural de jovens dentro dos equipamentos e programas nos territórios.

Outros aspectos formais do programa ganharam dimensões que podemos atribuir ao contexto das narrativas sobre políticas culturais presentes na construção das políticas culturais no município neste período. Por exemplo, logo no Art. 2º, § 2º do Decreto que regulamenta o programa, fica estabelecida a necessidade de que o/a jovem candidato/a a atuar no equipamento deve residir no território deste (na mesma subprefeitura ou nas subprefeituras vizinhas) há pelo menos 1 ano. Este ponto, em conjunto com o processo de “territorialização”¹⁰ conduzido pela SMC ao longo deste período, abre um panorama importante para a vinculação de um papel simbólico adicional para a figura dos jovens em cada equipamento: cria-se uma expectativa de rearticulação e/ou fortalecimento da relação dos equipamentos com seu entorno, por meio da contribuição da chegada do jovem no espaço. Esta visão influencia os discursos e formações do programa e, provavelmente, com avanços e limites, também a prática local dos jovens.

Quanto à duração e benefícios, o período mínimo de participação é de 9 meses e no máximo de 2 anos. São 30 horas semanais, sendo 6h de formação teórica, realizada por meio das organizações parceiras e em grupos de jovens agrupados por tipo de equipamento em que estão inseridos; e 24h semanais de “formação prática” (atuação nos equipamentos e programas). Alguns equipamentos contam com apenas um jovem (portanto, este está em grupo apenas durante os encontros semanais de formação teórica). Durante a vigência do Termo de Compromisso com o jovem, ele recebe uma bolsa-auxílio, mais auxílio alimentação por dia de trabalho, mais um bilhete único ilimitado de trem e metrô. Somando-se os custos envolvidos com a equipe contratada em cada uma das instituições parceiras, o custo médio mensal por jovem para o tesouro municipal girava em torno de R\$ 3 mil. Portanto, em 2016 quando 264 jovens atuavam nos equipamentos, o custo mensal para a Prefeitura/SMC em repasses do programa estava próximo de R\$ 900 mil. Ao final do processo, o jovem recebe uma certificação.

⁹ Instituído no município de São Paulo pela Lei 14.968/09 e regulamentado pelo Decreto 51.121/09.

¹⁰ Para ver mais sobre o assunto, consultar a apostila “SMC no Território: articulando as políticas culturais na cidade de São Paulo”, de dezembro de 2014, disponível em https://issuu.com/smcsp/docs/apostila_smc_no_territorio (acesso em 16/01/19)

O número de jovens participantes no programa foi crescendo ao longo dos anos conforme mostra o gráfico a seguir:

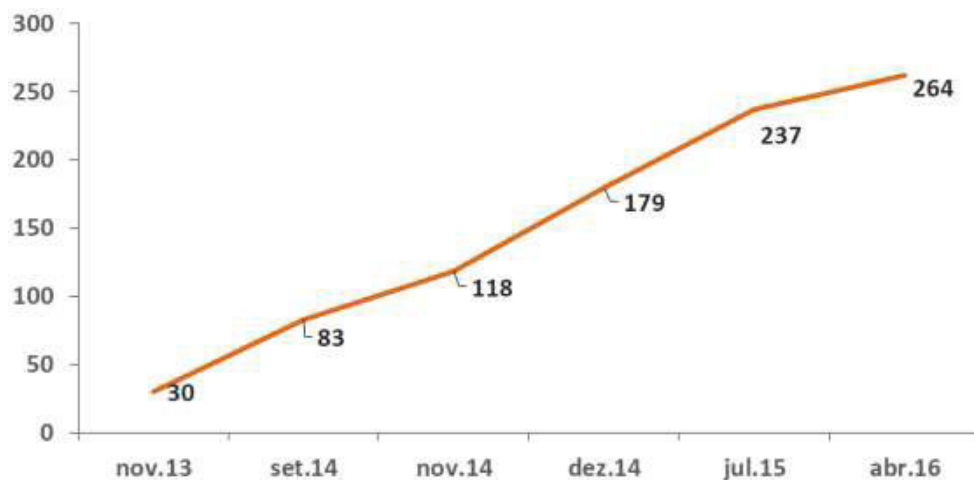


Gráfico 1 - Evolução do número de jovens participantes do programa. Elaboração da equipe do programa.

Observa-se que a configuração do programa envolve edital de chamamento de organizações para operacionalização do PJMC por meio de parceria (antes denominadas “convênios”), nos termos da recente legislação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC¹¹, e edital de chamamento público de jovens, que são alocados nos equipamentos para a formação prática e nas organizações para a formação teórica e recebimento de recursos. Portanto, é uma configuração que justapõe chamamento de organização e de agentes, que são alocados nos equipamentos e acompanhamento de programas, tanto para experimentar “por dentro” numa experiência formativa- prática como também serem impulsionadores de novas ideias e integrações com o entorno e com as relações possíveis para produção de ações públicas locais.

Em 2015, o PJMC já tinha grande capilaridade nas regiões da cidade e nos tipos de equipamentos da SMC:

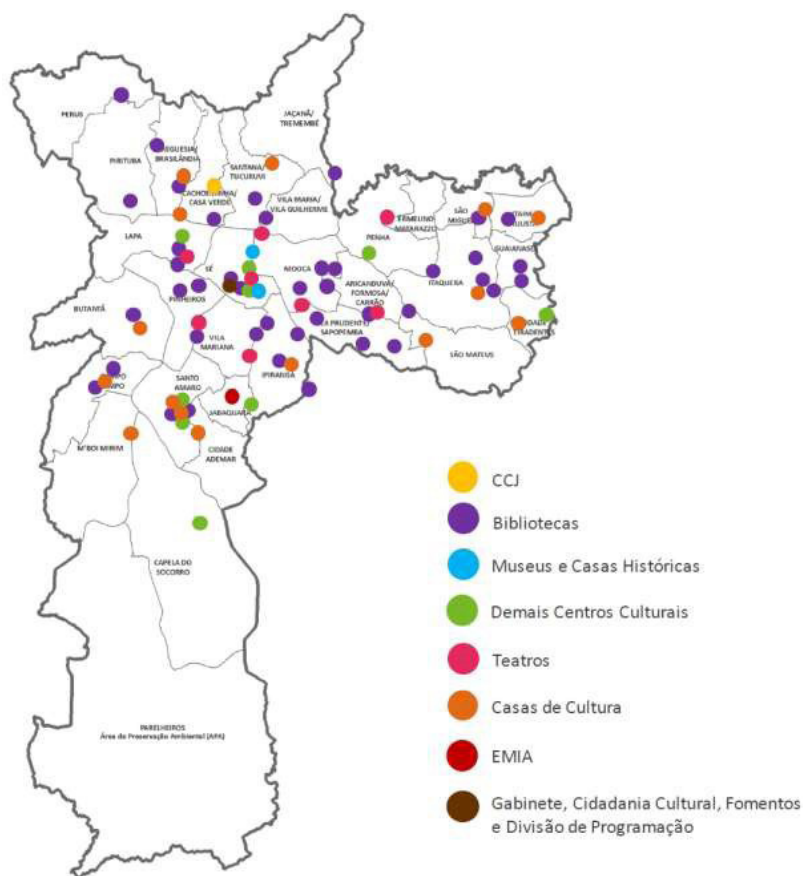


Figura 2 - Presença do PJMC nos equipamentos da cidade em 2015. Elaborado pela equipe do programa.

¹¹ Lei Federal 13.019/2014 com alterações da Lei Federal 13.205/2015.

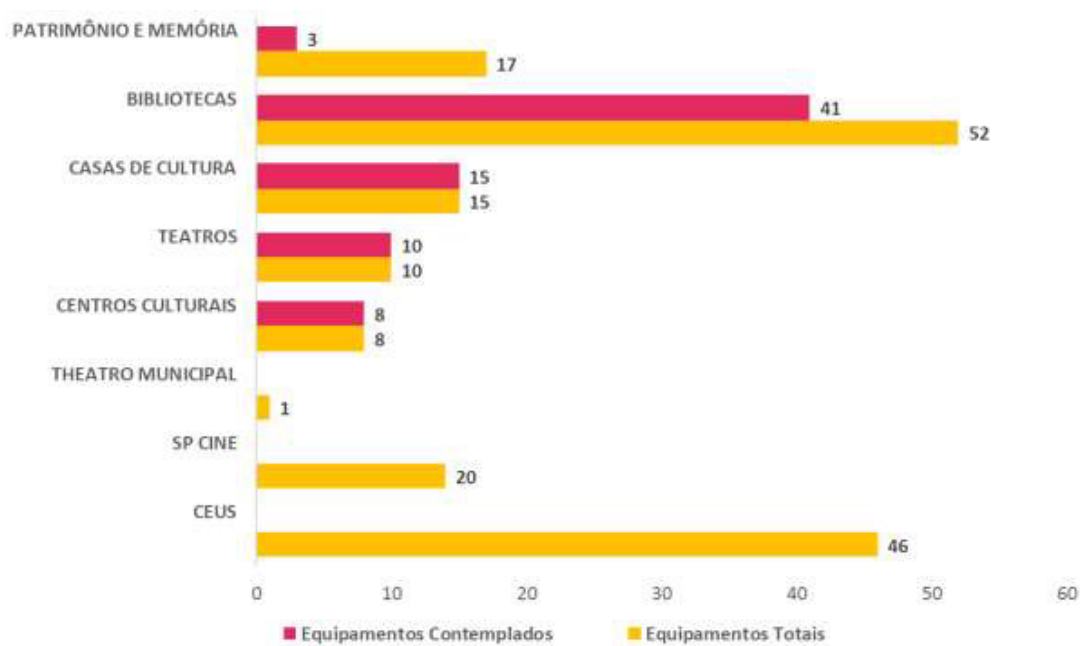


Gráfico 2 - Números totais de equipamentos por tipo na SMC e número de equipamentos com jovens do PJMC em 2016. Elaborado pela equipe do programa.

A proposta da presente reflexão é estudar aspectos da implementação da política que trazem o jovem para dentro desta fase do chamado ciclo de políticas públicas. Os processos participativos institucionalizados na segunda geração, na era dos “novos” movimentos apontados por Gohn, centravam-se nas outras partes do ciclo: agenda, formulação e avaliação. No máximo, monitoramento da implementação, que poderíamos considerar dentro das classificações gerais do ciclo, como “avaliação contínua”. Mas implementar “junto com” alinha-se mais com a produção, de fato, de uma política DE/PARA/COM juventudes¹², em cada uma destas vertentes. Mais adiante faremos uma proposta de denominação para esta implementação conjunta, visto que ela é central na investigação que propomos conduzir.

Do ponto de vista dos estudos clássicos de implementação, Lipsky é apontado como aquele que deu ênfase para esta parte do ciclo: a implementação. Conforme resenhado por Marques (2013),

Após estudar, nos anos 1960 e 1970, burocracias diretamente envolvidas com a entrega de serviços públicos - policiais, funcionários municipais, professores e atendentes de saúde, por exemplo -, o autor formulou uma teoria ampla sobre a implementação final das políticas. Essa teoria parte da constatação da necessária adaptação de regras e procedimentos de política para a sua aplicação final, sustentando a existência, em qualquer política, do que denomina de “discricionariedade”, ou a existência de um razoável espaço para decisões por parte do implementador final. Os implementadores, portanto, são também sempre decisores. A discricionariedade pode alterar substancialmente o escopo dos benefícios, a elegibilidade dos beneficiários, assim como o padrão e os tempos de atendimento. (MARQUES, 2013)

A literatura de implementação de políticas públicas já discorre extensamente sobre o papel do burocrata de nível de rua: tanto o que dá origem ao termo, como desdobramentos análogos em outras configurações quando este papel é exercido por meio de organizações, como por exemplo no Programa Cultura Viva. O ponto de destaque e diferencial na configuração do PJMC é um arranjo tripartite, que envolve poder público estatal, organizações conveniadas e jovem, que inicialmente é o beneficiário direto da política, mas ganha contornos de ação direta com o público na sua formação prática de forma similar aos burocratas públicos ou terceirizados.

Na medida em que há responsabilidades compartilhadas ao longo de todo o processo de execução da política por sociedade civil, Estado, e organizações conveniadas, esta configuração do PJMC parece, num primeiro olhar, se distanciar das críticas feitas por TOMMASI (2004) ao analisar uma simples terceirização de responsabilidades do Estado para organizações:

¹² Há uma publicação da UNESCO em 2004 com este título. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000135923>. Poderíamos sintetizar da seguinte forma: políticas “de” juventude são aquelas que mantêm-se vinculadas à identidade jovem, equivalente a dizer políticas “com cara de” jovens; políticas “para” juventude são aquelas que têm jovens como destinatários; políticas “com” juventude são aquelas que consideram a participação do jovem como parte constitutiva da própria política. A tendência de considerar “Jovens como SUJEITOS de direitos” traz o elemento “com” como condição sine qua non; em outras palavras: não é adequada a construção da política sem considerar os sujeitos da política em todas as suas fases.

Os argumentos que defendem essa “terceirização” dos serviços sociais consideram que as ONGs têm mais agilidade e capacidade de resposta criativa aos problemas, mais contato direto com o público alvo e conhecimento das realidades locais e, por isso, são mais eficientes na execução dos programas sociais. De fato, contratando os serviços de alguma ONG o Estado consegue evitar o complicado e difícil caminho burocrático da licitação.

Essa postura do Estado tem provocado uma grande proliferação de ONGs, que hoje ocupam um lugar significativo na constituição da esfera pública brasileira; por outro lado, o fato de considerar as ONGs como interlocutores privilegiados tem enfraquecido a relação do estado com os movimentos sociais. O que tem acontecido, muitas vezes, é uma substituição dos atores em campo: as ONGs, que originalmente nasceram para apoiar a ação dos movimentos sociais e a construção de atores da sociedade civil, tem tomado o lugar desses (mulheres, índios, negros ou jovens) na relação com o Estado. (TOMMASI, 2004)

Quais resultados efetivos essa arquitetura traz para as organizações, para o/a jovem e para o setor público, em três eixos: nos resultados institucionais da secretaria; nas influências biográficas na trajetória dos sujeitos jovens; e nos valores e visões de mundo referentes à noção de cidadania cultural para todos os envolvidos a partir das trocas simbólicas que a dinâmica do programa realiza entre gestores públicos locais de equipamentos e programas, agentes das organizações parceiras e jovens sujeitos- beneficiários. Estes eixos são análogos às que estão em debate na literatura de movimentos sociais feita por TATAGIBA (2016), retomando BOSI e UBA (2009), no que diz respeito aos domínios dos resultados da interação entre movimentos sociais e Estado, com ênfase sobre o modelo dos efeitos combinados, que mobilizam a literatura anglo-saxônica deste campo, conforme figura a seguir:

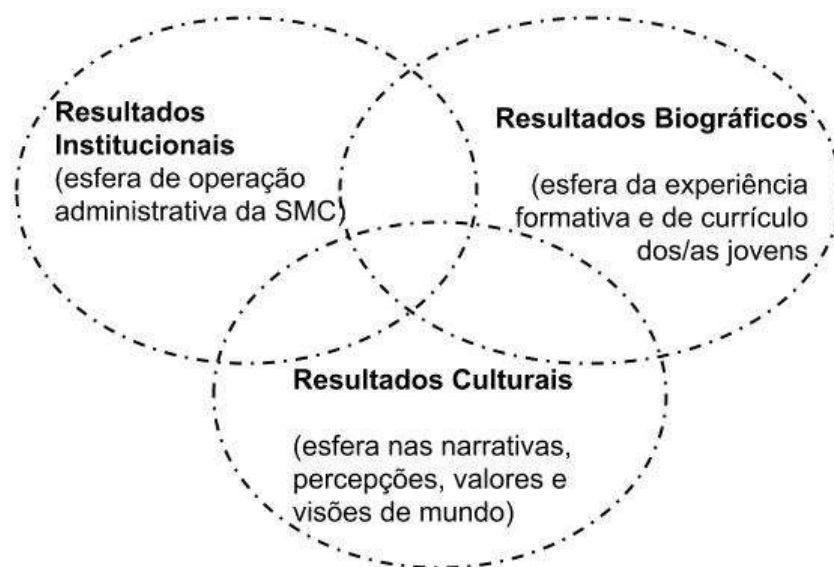


Figura 2 - elaboração própria

Propomos para o debate que além dos já conhecidos espaços de participação institucionalizados que ganharam força ao longo dos anos 2000, como conselhos e conferências, a interface entre as esferas pode acontecer num outro formato de interação de “fazer junto”: a “co-implementação” de políticas.

ALGUMAS NOTAS DE BALANÇO E ANÁLISES COM CONSIDERAÇÕES PARA DEBATES

Nas palavras de Touraine (1999) deve-se proporcionar aos jovens indivíduos

“oportunidades (...) de se tornarem os sujeitos da própria existência. (...) Como vivemos em sociedades de mudança e de comunicação, mas também de dessocialização e isolacionismo, devemos consolidar a capacidade de cada pessoa para viver ativamente a mudança”. (TOURAINÉ, 1999, p. 318, 324 apud GROPPPO 2018)

Ao mesmo tempo em que há um esforço de percepção de várias políticas públicas no Brasil em considerar seus destinatários também como “sujeitos”, há que se perceber também as percepções, leituras e narrativas dos próprios sujeitos sobre si e sobre a sociedade em que vivem. KEHL (2004) destaca que

(...) as necessidades expressivas dos adolescentes, as necessidades de nomear experiências à margem da cultura oficial, fazem da turma adolescente o viveiro privilegiado de renovação da linguagem. As gírias nascem dos grupos marginais (...) [e dos] habitantes desta faixa intermediária entre a marginalidade e a cultura dominante, que experimentam em grupo um pouco das duas possibilidades e batizam seus pequenos atos desviantes com a linguagem secreta que partilham com outros tipos de marginais. A linguagem se renova nas fraternias, cuja criatividade coletiva amplia o campo de possibilidades de simbolização da sociedade a que pertencem. (KEHL, 2004)

A relação Estado e Sociedade Civil, Estado e Juventude, passa por constantes transformações e adquire contornos próprios em cada contexto, que, por conseguinte, afetam a concepção, discurso e a identidade e resultados de ações públicas, sejam protagonizadas pela sociedade ou pelo Estado ou produzidas em conjunto.

No entanto, na literatura recente sobre “participação” tem entrado em debate uma outra forma de interação Estado Sociedade que impacta na configuração das políticas públicas e seus resultados. Por um lado, temos a noção da figura do empreendedor em políticas públicas, que aponta, em síntese, para alguém provoca mudança “de fora” do Estado (MENDONÇA; ALVES; CAMPOS, 2010). Em boa medida, jovens participantes do PJMC eventualmente já ocuparam esta posição antes da sua atuação ou acabam se tornando empreendedores de políticas culturais ou correlatas após a experiência de imersão na SMC, pela sistematização inicial das entrevistas. Trata-se da experiência de, como atores em cena de uma pauta a partir da sociedade civil, contribuir com reflexões, proposições, críticas, acompanhamento e pressão, que acabam influenciando os rumos de determinada política pública.

Por outro lado, o conceito de ativismo institucional aponta para esta mudança inserida, “por dentro”; e, portanto, precisa da porosidade do poder público para conseguir se efetivar. Porosidade que se manifesta, a partir desta literatura, de duas formas: com a presença de ativistas em cargos públicos, da burocracia estável ou em cargos de confiança, representando pautas e demandas; ou, de outra forma, com a possibilidade de surgimento ou fortalecimento de movimentos fruto da interação sociedade civil e Estado. Ao analisar as especificidades deste contexto brasileiro, ABERS, SERAFIM, e TATAGIBA (2014) destacam que

Os movimentos sociais brasileiros não apenas negociam frequentemente com o Estado (o que nos permitiria trabalhar como conceito original de repertório de Tilly) mas também investiram pesadamente em ações por dentro das instituições do Estado, tanto através de novas arenas participativas como assumindo estrategicamente posições na burocracia, transformando o próprio Estado em espaço de militância política. Para incorporar este aspecto da política brasileira, sugerimos complementar a noção original de *repertoire of contention*, de Tilly, através do conceito de “repertório de interação” entre Estado e sociedade civil. Esta ampliação permite incorporar a diversidade de estratégias usadas pelos movimentos sociais brasileiros e examinar como estas têm sido usadas, combinadas e transformadas. (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014)

Na porosidade de pautas para dentro do governo em cargos da burocracia ou comissionados, há uma “margem de discricionariedade” analisada pela literatura de implementação de políticas públicas para a burocracia de médio escalão e para a burocracia em nível de rua. À medida que essa margem é percebida e exercida por ativistas inseridos “dentro” do Estado, o ativismo institucional (ou burocrático) acaba se configurando como meio estratégico alternativo para efetivação de demandas movimentos sociais com interlocutores que facilitam o fluxo de informações entre ambas as esferas. Conforme apontam Rech e Silva (2016),

Em recente revisão de literatura sobre movimentos sociais brasileiros Abers e Von Bullow (2011), destacam que foi possível detectar pelo menos dois padrões de intersecção entre movimentos sociais e o Estado ao longo das duas últimas décadas: a incorporação de ativistas de movimentos sociais em cargos governamentais e a formação de novos movimentos sociais a partir da interlocução entre ativistas dentro e fora do Estado. (RECH; SILVA, 2016)

Apesar da participação do/a jovem no PJMC não se configurar nem como burocracia estável, nem como cargo comissionado de chefia, os atributos e expectativas de interlocução com o entorno e as diversas demandas rotineiras de existência do equipamento geram um ambiente similar, também com alguma margem de discricionariedade dependendo do contexto e equipe local. Adicionalmente, a formação teórica semanal do PJMC, que coloca tanto os jovens em rede entre si e com a rede de contatos das organizações conveniadas, impulsionando-os a refletir sobre pautas e ações que poderiam exercer nos seus equipamentos. Assim, estimula, a partir da dinâmica da política pública, o que poderíamos classificar como uma lógica de “formação para o ativismo institucional”.

Pelo arranjo de rotina da formação teórica, que coloca os jovens de diversos locais em contato para trocas de experiências e para vivências e formações, o jovem é colocado em uma espécie de comunidade de política, sendo estimulado, pelo próprio programa, a levar elementos novos para os locais onde atuam. Segundo Cortes (2013),

As comunidades de políticas são atores em rede que não podem ser situados como societais ou estatais, pois atravessam as fronteiras entre Estado e sociedade. Eles se constituem a partir das relações de atores individuais e coletivos no interior de redes existentes em áreas específicas de políticas públicas. (CORTES, 2013)

A partir do papel de mediação entre Estado e Sociedade Civil que o jovem faz com seu entorno na prática do PJMC, é importante compreender sua linguagem e as práticas discursivas¹³. Uma possível conceituação sobre co-implementação parte de uma proposta de se diferenciar dos estudos de espaços participativos que se constituíram e se consolidaram no período pós-democratização e com mais força pós virada de milênio, focados em espaços institucionais como conselhos e conferências, que centram a interação entre Estado e Sociedade Civil nos ciclos de agendas, formulações e avaliações de políticas públicas.

Os elementos condicionantes dos contextos que proporcionam tipos de experiências no PJMC e, por conseguinte, resultados diferentes nos três domínios propostos pela literatura de movimentos sociais a partir da narrativa dos próprios atores da política, estão em fase de análise e sistematização no momento da submissão deste texto. Alguns outros dados serão debatidos na sessão temática.

REFERÊNCIAS

ABERLE, David. *The peyote Religion Among the Navaho*. Chicago: Aldine Press, 1996.

ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 325-357, Junho 2014. Disponível em: < <http://ref.scielo.org/s53bbf> >. Acesso em 22 Jan. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0011-5258201411>.

ABERS, R.; VON BÜLOW, M. . Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 13, n. 28, 2011.

ABERS, R.N.; TATAGIBA, L. Ativismo institucional na burocracia brasileira: a mobilização em defesa da saúde da mulher. In: Encontro Anual da Anpocs, 38º, 2014, Caxambu. ANAIS DO ENCONTRO. São Paulo: Anpocs, 2014. p. 1-32.

ABRAMO, Helena W. *Condição juvenil no Brasil contemporâneo*. In: *Retratos da Juventude Brasileira*, Instituto Cidadania. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005b.

ABRAMO, Helena W. *O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro*. In: Freitas,

M. V. (Org.). *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação Educativa, 2005a, p. 19-39.

ALMEIDA, Renato S. *Juventude, direito à cidade e cidadania cultural na periferia de São Paulo*. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 56, p. 151-172, jun. 2013.

ALVES, M. A. *O conceito de sociedade civil: em busca de uma repolitização*. *Organização e Sociedade*, v. 11, n. 30, p. 141-154, 2004.

BLUMER, Herbert. *Collective Behaviour*. In: PARK. R. (ed.) *An Outline of the Principles of Sociology*. Nova York: Barnes E Noble, 1939.

BOSI, L. & UBA, K. *Introduction: The outcomes of social movements*. *Mobilization*, 14(4), pp.409- 415, 2009. DOI: 10.1093/OBO/9780199756223-0037.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. *Estação juventude: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude*. Organizado por Helena Abramo. Brasília: SNJ, 2014. Disponível em <http://bibjuventude.ibict.br/jspui/handle/192/69> Acesso em 18 jan 2019.

¹³ Práticas discursivas: “expressão utilizada para demarcar e distinguir o foco de interesse das pesquisas voltadas para o papel da linguagem na interação social. Elas “[...] implicam ações, seleções, escolhas, linguagens, contextos, enfim, uma variedade de produções sociais das quais são expressão. Constituem, dessa forma, um caminho privilegiado para entender a produção de sentido no cotidiano.” (SPINK, MJ; FREZZA, 2013, p. 20-21). Definição do Glossário de SPINK MJ et. al. 2014.

- CASTELLS, Manuel. Introdução. In: ABRAMOVAY, Miriam et all. *Gangues, Galeras, Chegados e Rappers – Juventude, Violência e Cidadania nas cidades da periferia de Brasília*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da Identidade. A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Vol. 2. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTELLS, Manuel. *Ruptura - a crise da democracia liberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- CHAUI, Marilena. *Cidadania cultural: o direito à cultura*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- CORTES, Soraya Vargas. *Sociologia e Políticas Públicas*. In: Eduardo Marques e Carlos Aurélio Pimenta de Faria (orgs). *A Política Pública como Campo Multidisciplinar*. São Paulo: Editora Unesp; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.
- FREITAS, Maria Virgínia de (org.). *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação Educativa, 2005.
- FROMM, E. *Escape from Freedom*. Nova York: Rinehart, 1941.
- GOFFMAN, Erving. *The Presentation of Self in Everyday Life*. Garden City: N. Y. Doubleday Anchor, 1959.
- GOHN, Maria da Glória. *Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade*. São Paulo: Cortez, 2017.
- GOHN, Maria da Glória. *Pluralidade da representação na América Latina*. *Soc. estado, Brasília*, v. 29, n. 1, p. 73-90, Abr. 2014. Disponível em < <http://ref.scielo.org/v3rdqf> >. Acesso em 29 Jan. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922014000100005>.
- GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos*. 9ª Ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2011.
- GOHN, Maria da Glória. *Participação e Democracia no Brasil. Da década de 1960 aos impactos pós- junho de 2013*. São Paulo: Ed. Vozes, 2019.
- GROPPO, L. A. *Sentidos da juventude na Sociologia e nas políticas públicas do Brasil contemporâneo*. *Rev. Políticas Públicas, São Luís*, v. 20, n. 01, p. 383-402, 2016.
- GROPPO, Luís Antonio. *Introdução à Sociologia da Juventude*. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.
- GROPPO, Luis Antonio. *Juventude e práticas socioeducativas*. Alfenas: UNIFAL, 2018. Disponível em www.unifal-mg.edu.br/bibliotecas/ebooks Acesso em 18 jan 2019.
- GUSFIELD, Joseph, R. *Social Structure and Moral Reform: A Study of the Woman's Cristian Temperance Union*. *American Journal of Sociology*, v. 61, n. 3, p. 221 – 232, 1955.
- HOFFER, E. *The True Beliver: Thoughts on the Nature of Mass Movenents*. Nova York: Mentor, 1951. INSTITUTO CIDADANIA. *Projeto Juventude - Documento de conclusão*. São Paulo, 2005.
- INSTITUTO POLIS. *Juventudes e formação: trajetórias, narrativas e poéticas - Programa Jovem Monitor Cultural*. São Paulo: 2017. Disponível em <http://polis.org.br/publicacoes/juventudes-e- formacao-trajetorias-narrativas-e-poeticas> . Acesso em 24 jan 2019.
- KEHL, Maria Rita. *A juventude como sintoma da cultura*. In: *Juventude e Sociedade – trabalho, educação, cultura e participação*. Instituto Cidadania. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- KORNHAUSER, W. *The Politics of Mass Society*. Glencoe: Free Press, 1959. LIPSET, Seymour M. *Agrarian Socialism*. Berkeley: Un. Californi Press, 1950.

- LIPSKY, Michael. *Street-level bureaucracy: dilemmas of the individual in public services*. New York: Russell Sage Foundation, 1980.
- MADEIRA, Felícia Reicher. A improvisação na concepção de programas sociais: muitas convicções, poucas constatações - o caso do primeiro emprego. *São Paulo Perspec.*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 78-94, Jun 2004. Disponível em < <http://ref.scielo.org/6q29z6> >. Acesso em 29 Jan 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392004000200009>.
- MARQUES E. e FARIA C. A. P. (orgs). *A Política Pública como Campo Multidisciplinar*. São Paulo: Editora Unesp; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.
- MATHEUS, Tiago Corbisier. Pesquisa e ação local: sobre bússola e outros instrumentos de viagem. *Psicol. USP, São Paulo*, v. 29, n. 1, p. 31-39, jan. 2018. Disponível em <http://ref.scielo.org/grk9j2>. Acesso em 07 jan 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-656420170021>.
- MENDONÇA, P. M. E.; ALVES, M. A.; CAMPOS, L. C. Empreendedorismo Institucional na Emergência do Campo de Políticas Públicas em HIV/AIDS no Brasil. *RAE-eletrônica, São Paulo*, v. 9, n. 1, jun 2010.
- NOVAES, Regina R. Juventude, exclusão e inclusão social: aspectos e controvérsias de um debate em curso. In: *Políticas Públicas - juventude em pauta*. São Paulo: Cortez, Ação Educativa, Friedrich Ebert, 2003.
- PESQUISA. *Juventude Brasileira e Democracia – participação, esferas e políticas públicas*. Ibase e Pólis, 2005.
- PIERO, A. *Programa Jovem Monitor Cultural – Repensando fronteiras entre Estado e sociedade*. UFABC, 2019 [Dissertação de mestrado]
- POCHMANN, Marcio. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. In: R. Novaes; P. Vannuchi (Orgs.). *Juventude e Sociedade – trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- PROJETO JUVENTUDE. *Documento de Conclusão*. Instituto Cidadania, 2004.
- PRONI, M.W; CUNHA, E.M.G.P. *Mapa da Juventude da Cidade de São Paulo. Relatório Final*. Universidade Estadual de Campinas – Unicamp; Instituto de Economia – IE; Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho – CESIT; Núcleo do Estudo de População - NEPO. Campinas, 2014.
- SANTOS, R. C. G. e BOULLOSA, R. F. *A Gestão Social do Bem Comum: um Desafio do Desenvolvimento da Política Social de Educação frente ao Federalismo Brasileiro*. VIII Congreso Internacional en Gobierno, Administración y Políticas Públicas GIGAPP. Madrid, España, 2017.
- SELZINICK, Philip. *The Organizational Weapons*. Nova York: McGraw-Hill, 1952
- SMELSER, Neil J. *Teoria del comportamiento colectivo*. México: FCE, 1962
- SPINK, Mary Jane; BRIGAGAO, Jacqueline; NASCIMENTO, Vanda y Cordeiro, Mariana. *A produção de informação na pesquisa social. Compartilhando ferramentas*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014.
- TATAGIBA, L.; TEIXEIRA, A. Efeitos combinados dos movimentos de moradia sobre os programas habitacionais autogestionários. *Revista Sociologia e Política*, v. 24, n. 58, p. 85-102, 2016.
- TOMMASI, Livia De . *Cultura e Juventude*. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.
- TOMMASI, Livia De. *Abordagens e práticas de trabalho com jovens das ONGs brasileiras*, jul. 2004. Disponível em: < www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/Livia_ONGs.pdf >. Acesso em: 29/jan/2019.
- TURNER, Ralph H., KILLIAN, Lewis M. *Collective behavior*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1957.